

## ELEMENTOS DA *DECADÊNCIA IDEOLÓGICA*

Ricardo Lara

Na contemporaneidade, a irracionalidade burguesa e o caráter anti-ontológico avançam a passos vastos, as concepções científicas de todas as áreas do saber mostram-se capacitadas para responder as necessidades de um modo de vida que sobrevive entre a plena realização da *coisa (fetiche do capital)* e a barbárie social. As possíveis respostas para os fenômenos sociais e naturais que afligem a humanidade estão presentes em todas as ciências, mas os abismos entre a realidade social e suas percepções científicas geram concepções caóticas. Os “paradigmas” científicos explicam o homem tentando buscar sua essência, mas não compreendem que a essência humana deve ser encontrada no *conjunto das relações sociais*, pois “a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 534).

No âmbito das ciências sociais e humanas, os ares são de ilusões pós-modernas, há um florescimento da escolástica na academia, com cores niilistas. Contra isso, o conceito de *decadência ideológica* oferece incisivo arsenal de críticas às ideologias irracionais, que se instauraram no pensamento social, com seus apelos ao fragmentário, ao efêmero e, principalmente, ao esquecimento *da luta de classes, do trabalho estranhado, da propriedade privada*. As ciências sociais e humanas se esforçam para desenvolverem as tradições apologéticas e, em conseqüência, um discurso ideológico que busca, a qualquer custo, justificar as contradições sociais e negar uma “concepção da História que veja na luta de classes a força motriz do desenvolvimento e no capitalismo uma forma social transitória.” (LUKÁCS, 1968, p.74).

A *decadência ideológica* denunciada por Marx e Engels e, decodificada, por Lukács no importante ensaio, *Marx e o problema da decadência ideológica* (1938), é o período claramente marcado pela tentativa dos ideólogos burgueses em produzir conhecimentos que têm como premissas a evasão da realidade social, com explicitas intencionalidades de manutenção da ordem burguesa. Lukács, no referido

ensaio, analisa o desenvolvimento da apologética burguesa e a mistificação do pensamento social, objetiva demonstrar a relação entre as distorções espirituais da classe burguesa e, por conseguinte, a evolução material da sociedade capitalista.

Durante o período de 1820 a 1830 inicia-se o ciclo de decomposição da filosofia clássica, sendo Hegel o último grande pensador da filosofia burguesa, e a corrosão da economia política de Adam Smith e David Ricardo. A teoria social interessada em descobrir a verdade do mundo começa a ser substituído pela apologética. Esse processo ocorre com a tomada do poder pela burguesia e, simultaneamente, a luta de classes entra em cena, com o protagonismo emergente do proletariado.

Com a derrota do proletariado na revolução de 1848, inaugura-se o período de “segurança” econômica e política, sob a ordem social da burguesia. Nesse período, a filosofia satisfaz-se com um agnosticismo oscilante entre o “materialismo envergonhado” e o “solipticismo”. (LUKÁCS, 1967, p. 15-16). O pensamento social após 1848, com poucas exceções, foi se adequando as circunstâncias históricas do modo de produção capitalista. As explicações sobre as relações sociais, a partir da consolidação da sociedade burguesa, colaboraram para a compreensão do homem e da sociedade como partes isoladas da processualidade sócio-histórica.

A visão de progresso defendido pela burguesia é ignorada a partir de 1848, as *leis tendências da história e a visão de transitoriedade* passam a ser inquietações pretéritas do pensamento burguês, o proletariado como classe universal é objetada em seu compromisso histórico. Nesse contexto, principia-se a orientação subjetivista e conservadora da burguesia, em detrimento dos fatos reais da história. Segundo Lukács (1968, p. 99): “A decadência ideológica surge quando as tendências da dinâmica objetiva da vida cessam de ser reconhecidas, ou são inclusive mais ou menos ignoradas, ao passo que se introduzem em seu lugar desejos subjetivos, vistos como a força motriz da realidade”. O processo de decomposição da filosofia e da economia política clássica (concepções teóricas que se preocupavam com o conjunto da vida social) instala-se no pensamento social porque o “movimento histórico objetivo contradiz a ideologia burguesa, mesmo a mais ‘radical’ e ‘profunda’ introdução de tais momentos puramente subjetivos transformar-se-á objetivamente num apoio à burguesia reacionária”. (LUKÁCS, 1968, p. 99).

A vocação apologética de negação das contradições da vida real surge como imperativo da burguesia para assegurar seu poder material e espiritual, com isso, o

que se procede no âmbito do pensamento social é observado, atentamente, por Marx (2002, p. 24) da seguinte forma:

Não interessa mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.

Marx endereçava acertada crítica à ideologia decadente, que se instaurava no espírito da sociedade. Cerceada pelo conflito de classes, a burguesia tinha necessidade científica de assegurar a ordem social, e elaborar uma retórica oficial e apologética sobre as contradições causadas pelo capitalismo. A emergente ideologia decadente não colocava novos enigmas, suas questões fundamentais, em relação ao período clássico da ideologia burguesa, eram, naquele momento, de formular respostas aos problemas do desenvolvimento capitalista. Para Lukács (1968, p. 62):

A diferença reside “apenas” em que os ideólogos anteriores forneceram uma resposta sincera e científica, mesmo se incompleta e contraditória, ao passo que a decadência foge covardemente da expressão da realidade e mascara a fuga mediante o recurso ao “espírito objetivo” ou a ornamentos românticos. Em ambos os casos, é essencialmente acrítica, não vai além da superfície dos fenômenos, permanece na imediaticidade e cata ao mesmo tempo migalhas contraditórias de pensamento, unidas pelo laço do ecletismo.

No processo de consolidação do poder burguês, o saber honesto, intencionado em desvendar as reais contradições da sociedade, começa a ser substituído pelo saber compromissado com as instituições oficiais capitalistas. Até então, a história tinha seu curso transitório, após 1848 a história torna-se ocorrência do passado. A apologética assume a direção na elaboração de conhecimentos, através das ciências sociais especializadas, que objetivam justificar a ordem do capital.

Diante desse cenário, Pinassi (2009, p. 16) comenta:

Os condicionamentos históricos bem como as conexões ontológicas entre o mundo das idéias e o mundo da materialidade constituem a essência do realismo para Marx, aspecto substantivo ao conceito da *decadência ideológica* desenvolvido por Lukács, que, em sua vasta obra, comprovou ser este um dos mais férteis instrumentos da ciência marxiana da história. Para Marx e também Lukács, o *momento predominante* ao conceito de *decadência ideológica* coincide com a conclusão dos esforços revolucionários da burguesia e o início da sua hegemonia, da sua

*localização no comando da estrutura do capital.* Nessa medida, o sentido da *decadência ideológica* é a contraface – absolutamente necessária – do brutal desenvolvimento material e tecnológico deflagrado a partir daí; e o seu comprometimento passa a se estabelecer tão somente com a reprodução incessante da estrutura sociometabólica do capital, mitigando as resistências e amaciando o curso do controle.

No entanto, o conceito de *decadência ideológica*, elaborado por Lukács, designa o estado espiritual da burguesia após 1848. Para Lukács (1968, p. 52) o que temos, com a evolução do pensamento social burguês, é a:

[...] liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses, no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; essa fuga numa pseudo-história construída a bel prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica.

Lukács, no livro *Existencialismo ou Marxismo?*, oferece indicações importantes sobre a evolução do pensamento social da modernidade, que pode ser compreendido a partir de três estágios. O primeiro vai até 1848, período que desenvolve a filosofia burguesa clássica, o pensamento filosófico da época era uma forma aberta para a elaboração de um saber verdadeiramente científico, de tal modo que os seus pensadores sustentavam a plena cognoscibilidade do mundo. Temos como grande referência as obras de Hegel, Kant, Locke, Helvétius, Holbach, Adam Smith, David Ricardo, astutos representantes do pensamento burguês. A *filosofia* e a *economia política* tinham na vida social e, no progresso, as referências para a elaboração teórica. Desse momento, destacamos as seguintes questões: origem da expressão mais elevada da concepção de mundo da burguesia, isto é, revolta da burguesia contra a sociedade feudal em declínio; pensamento social que codifica os princípios últimos e a concepção geral do mundo; movimento progressivo e libertador que reformou a sociedade; transformação da lógica das ciências naturais e sociais; intervenções da filosofia nos grandes problemas concretos da humanidade, nas ciências naturais e sociais; o papel da filosofia era de universalidade e “fermento” das ciências; filosofia comprometida com a missão histórica da revolução burguesa; processo histórico das revoluções burguesas – formação dos Estados Nacionais – unidade nacional alemã e italiana, no quadro dos Estados reacionários; início das crises e da era dos compromissos sociais, a era de Napoleão III e de Bismark. (LUKÁCS, 1967, p. 31 – 33).

O segundo estágio, fase inicial da *decadência ideológica*, ocorre a partir de 1848, com a entrada autônoma do proletariado – em plano histórico-universal – na arena política, e vai até a emergência do *imperialismo*. Etapa claramente marcada por *uma fuga da realidade social*, com explícita intencionalidade de manutenção da ordem burguesa. O pensamento teórico se expressa no agnosticismo, que derrui a crença no poder da razão de conhecer a essência verdadeira do mundo, levando a reflexão a abandonar as grandes temáticas sócio-históricas.

Em relação ao período da *decadência ideologia* e o afastamento intencional da burguesia da razão sócio-histórica, Coutinho (1972, p. 22) argumenta:

[...] as contradições capitalistas tornaram-se explosivas, encarnação e produto dessas contradições, o proletariado surge na história como força social autônoma, capaz de resolver em sentido progressista os limites e antinomias do sistema capitalista. Indicar a realidade como algo essencialmente contraditório significa, doravante, fornecer armas teóricas ao movimento anticapitalista da classe operária. De crítica da realidade em nome do progresso, do futuro, das possibilidades reprimidas, o pensamento burguês transforma-se numa justificação teórica do existente. Em proporções cada vez maiores, a história e a economia perdem sua anterior importância filosófico-ontológica, deixando de desenhar um papel significativo na elaboração da concepção de mundo. E, com isso, perde-se a possibilidade de apreender a essência da realidade humana: a filosofia da decadência torna-se, cada vez mais, um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade.

A apreensão imediatista e escolástica é o mote das ciências sociais da decadência, pois a objetividade social é ignorada. As relações de produção e reprodução da vida social, o desenvolvimento social e econômico, não são consideradas na elaboração das categorias teóricas. A atividade humana, a práxis social em todas as suas determinações, é progressivamente afastada do domínio da racionalidade. (COUTINHO, 1972).

Sobre o início do período da ideologia decadente, Lukács (1967, p. 33 - 35) elenca os seguintes pontos: renúncia do pensamento social com preocupações de dar respostas para as mudanças sociais que ocorrem na produção e reprodução da vida social; não questionamento ao regime capitalismo; desconsideração das descobertas das ciências naturais que questionam os dogmas religiosos; neokantismo e positivismo como tendências dominantes; a filosofia dominante da época é uma filosofia de professores, torna-se ciência especializada<sup>1</sup>; a filosofia

---

<sup>1</sup> Confira o interessante ensaio de Pinassi (2009), *Um ponto de Partida – o ecletismo como epopéia da decadência ideológica da burguesia*, que aborda os principais protagonistas do Instituto Histórico de Paris (IHP), criado em 1834, e a consolidação da *decadência ideológica*, processo de acirramento da ideologia única e do

renuncia à sua antiga missão social, cessa de ser expressão, no plano espiritual, dos grandes interesses históricos da burguesia e abandona o problema ideológico; pensamento social como “guarda-fronteira”, ou seja, explicação e justificação da vida burguesa; emergência dos intelectuais burocratizados que fazem parte do aparelho do Estado; radicalização da divisão social do trabalho<sup>2</sup> e emergência dos intelectuais com suas propostas de métodos e independência relativa para suas “ciências”.

Segundo Netto (1978, p. 18), a *decadência ideológica* é a “guarda-fronteiras” das ciências, “o seu papel limita-se à vigilância ‘para que ninguém ouse tirar das ciências econômicas e sociais conclusões que poderiam desacreditar o sistema’”.

A principal obra de Marx, *O Capital*, sofreu com a ideologia decadente de sua época. Lukács, na *Ontologia do Ser Social*, especificamente no capítulo, os *princípios ontológicos fundamentais de Marx*, comenta sobre a diferença da obra de Marx em relação aos seus contemporâneos, pois os intelectuais das tendências dominantes da época de *O Capital* não compreendiam o *método* de Max, que tem como ponto de partida e chegada a crítica da produção e reprodução da vida social, na sua totalidade. De acordo com Lukács (1979, p. 30):

Essa concepção geral – ainda que resulte de modo orgânico da crítica e da superação materialistas do método hegeliano – era de *tal modo estranha às tendências dominantes da época que não foi compreendida como método nem pelos adversários nem pelos seguidores*. Depois de 1848, depois do colapso da filosofia hegeliana e sobretudo a partir do *início da marcha triunfal do neokantismo e do positivismo, os problemas ontológicos deixaram de ser compreendidos*. Os neokantianos eliminaram da filosofia até mesmo a incognoscível coisa em-si, enquanto para o positivismo a percepção subjetiva do mundo coincide com a sua realidade. Não é de surpreender, portanto, que – submetida a tais influências – a *opinião pública científica julgue a economia de Marx como uma ciência particular* que, na prática da “exata” divisão do trabalho, termina por revelar-se metodologicamente inferior ao modo “axiologicamente neutro” de apresentar as coisas, ou seja, ao modo burguês. (Grifo Nosso)

O terceiro estágio, de desenvolvimento do pensamento social burguês, ocorre com a entrada do capitalismo na era *imperialista*. É o período que acirra as

---

pensamento burguês eclético e contrarrevolucionário. Espaço de propagação da teoria social do consenso, eclética, democrática e anti-radicalismo. É o momento de surgimento dos “espadachins mercenários” do pensamento burguês, como dizia Marx.

<sup>2</sup> “A divisão capitalista do trabalho, portanto, não se limita apenas a submeter a si todos os campos da atividade material e espiritual, mas se insinua profundamente na alma de cada um, provocando nela profundas deformações, que se revelam posteriormente sob variadas formas nas diversas manifestações ideológicas. A covarde submissão a esses efeitos da divisão do trabalho, a passiva aceitação destas deformações psíquicas e morais, que são inclusive agravadas e enfeitadas pelos pensadores e escritores decadentes, constituem um dos traços mais importantes e essências do período da decadência.” (LUKÁCS, 1968, p. 63).

contradições sociais da sociedade burguesa. Neste estágio do capitalismo, ao mesmo tempo em que se intensificam as contradições, emergem elementos indispensáveis que possibilitam tanto uma diminuição da percepção da brutalidade da chamada crise geral do sistema, como também, por outro lado, congregam esforços na tentativa de reação à teoria social que responde pela práxis do proletariado. (LUKÁCS, 1967). Desta maneira, sobre os limites do agnosticismo anterior, floresce uma estruturação filosófica em torno do *irracionalismo*, que mostra sua impossibilidade social e teórica de defesa do sistema, mas também não questiona o modo de produção capitalista, emerge uma falsa solução, a *terceira via*: nem materialismo, nem idealismo. “Deste modo, inaugura-se no patamar epistemológico a pseudo-objetividade dos mitos e a intuição como instrumento do conhecimento verdadeiro”. (LUKÁCS, 1968; SOUSA, 2005, p. 60). A filosofia torna-se interessante para os intelectuais mais entendidos. No âmbito da filosofia destaca-se: indiferença da burguesia com a filosofia; oposição a filosofia universitária, sem maiores repercussões no plano da crítica teórica; pensadores da filosofia do imperialismo fora da Universidade (Nietzsche, Spengler, Keyserling, Klages); crescimento dos intelectuais que fazem filosofia para seu próprio uso; elaboração das doutrinas ideológicas com toda liberdade; emergência do fascismo. (LUKÁCS, 1967, p. 36 – 37).

Nesse contexto, estabelece-se o ataque contra a clássica polêmica entre o *materialismo* e o *idealismo*. Elabora-se a *terceira via*, no plano da filosofia. De acordo com Lukács, na obra *A Destruição da Razão*, advém:

[...] una luta real contra el materialismo con ataques aparentes contra el idealismo se arroga la pretensión de presentar una ‘nueva’ filosofía que se sobrepone por fin a la falsa contraposición de materialismo e idealismo, descubriendo en el campo filosófico una ‘terceira vía’. Y, como esta afinidad abarca sobre poco más o menos todos los problemas esenciales de la filosofía, debe servir de base para enjuiciar el pragmatismo. (LUKÁCS, 1959, p. 18).

A *terceira via*, como oportunidade de salvar o idealismo filosófico, “vai de Mach e Nietzsche até o existencialismo e que consiste em se proclamar neutro também frente ao materialismo e ao idealismo, que se pretende ultrapassar, do ponto de vista da teoria do conhecimento”. (LUKÁCS, 1967, p. 16). Esse processo de degeneração da racionalidade moderna, com grande ênfase no determinismo social, vai tomar forma concreta com o fascismo. O “fascismo traduz para a

linguagem do capitalismo reacionário dos trustes, ou melhor, para a linguagem da demagogia nacional e social da reação, todas as ‘conquistas’ da filosofia do estágio imperialista”. (LUKÁCS, 1967, p. 37).

Os filósofos do terceiro estágio do pensamento social, fase do *imperialismo*, conhecem cada vez menos a estrutura econômica da sociedade, desconsideram a realidade sócio-histórica como pressuposto da reflexão teórica. Ocorre o afastamento da consciência das categorias teóricas que emergem da realidade social, do modo de produção capitalista. Há uma dissimulação da teoria social com a vida social, ou seja, sucede-se uma naturalização e justificação das relações sociais da ordem burguesa.

Lukács, na obra *A Destruição da Razão*, discorre sobre a trajetória do irracionalismo, fruto da evolução do pensamento burguês, desdobramento da *decadência ideológica*. O irracionalismo, *fenômeno internacional sobre todo o período imperialista*, é a resposta do pensamento reacionário diante do desenvolvimento contraditório – *produção coletiva e apropriação privada da riqueza* – das forças produtivas da sociedade capitalista. Para Lukács (1959, p. 8-9):

[...] las diferentes etapas del irracionalismo nacen como otras tantas respuestas reaccionarias a los problemas planteados por la lucha de clases. El contenido, la forma, el método, el tono, etc, de sus reacciones en contra del progreso social no los determina, por tanto, aquella dialéctica interna y privada del pensamiento, sino que los dictan, por el contrario, el adversario, las condiciones de la lucha que a la burguesía reaccionaria le vienen impuestas desde fuera. Conviene retener esto, como principio fundamental que preside el desarrollo del irracionalismo. Lo que no significa que el irracionalismo, dentro de este marco social así determinado, no muestre una unidad ideal. Antes al contrario. De ese carácter suyo se desprende, precisamente, el que los problemas de contenido y de método por él planteados presentan una fuerte cohesión, revelan una sorprendente (y estrecha) unidad. El desprecio del entendimiento y la razón, la glorificación lisa y llana de la intuición, la mitomanía, etc., son otros tantos motivos que podemos descubrir sin dificultad, sobre poco más o menos, em todo irracionalista.

Em síntese, os três estágios representam o desenvolvimento do pensamento social, vai da filosofia clássica, dos grandes embates da razão dialética, ao irracionalismo. As categorias fundamentais do pensamento moderno, *razão, historicismo e humanismo*<sup>3</sup>, tende a se esgotar no âmbito das ciências sociais da

---

<sup>3</sup> Segundo Coutinho (1972, p. 14 -15), o mérito essencial de Hegel, como representante do pensamento social burguês, reside na “sua capacidade de sintetizar e elevar a um nível superior todos os momentos progressistas do pensamento burguês revolucionário. Podemos resumi-los, esquematicamente, em três núcleos: o *humanismo*, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o

ideologia decadente. A preocupação com o progresso e o futuro, a crença na razão como meio de compreender e transformar a realidade social, herança do iluminismo, vai se esgotando ao longo do avanço da *decadência ideológica*, até chegar ao irracionalismo, em que há total descrença na humanidade e o medo da possibilidade da *emancipação humana*.

O capitalismo, no seu processo de metabolismo social, apresentou mudanças materiais (econômico-social) e espirituais (ideológico-cultural) radicais na história da humanidade. O processo de consolidação da hegemonia material e espiritual da burguesia impôs enorme transfiguração das ideologias clássicas do século XVIII em ideologias apologéticas no século XIX e, por conseguinte, desaguou no irracionalismo do século XX. Portanto, o significado da *decadência ideológica* deve ser averiguado na divisão social capitalista do trabalho, e observada as suas conseqüências sociais e culturais. Podemos afirmar que a *decadência ideológica* se sustenta sobre a forma de sociabilidade *instrumental e universal* necessária ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, à formação do grande mercado, ao nascimento das nacionalidades advindas do período das grandes e pequenas Revoluções Burguesas, radicais e passivas, clássicas, tardias e hipertardias, fase em que o capitalismo consolidava a positividade da sua dominação social. (PINASSI, 2009, p. 17).

A burguesia renegou em 1848 (e a partir de) a instauração de sentido para a vida social, ao extrair da legalidade histórica a sua condição *sine qua non* de transitoriedade. “A crítica endereçada por Marx à decadência ideológica concentra-se na tarefa de revelar o espírito pequeno-burguês que se esconde por trás da retórica superficial pomposa”. (LUKÁCS, 1968, p. 98). A *decadência ideológica* desvenda a apologética burguesa, justificadora do desenvolvimento capitalista do final da segunda metade do século XIX, que se ancora no período *imperialismo*, e concretiza-se nas crises cíclicas do século XX. Nessa processualidade social, surgem os defensores do sistema, com suas teorizações do “pleno emprego”, do “estado de bem estar social”, sustentadores da apologética burguesa. A crítica marxiana que se desenvolve com o conceito de *decadência ideológica*, desvenda o

---

*historicismo concreto*, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente a *Razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias que englobam, superando, as provenientes do ‘saber imediato’ (intuição) e do ‘entendimento’ (intelecto analítico)”.

*poder da ideologia*, revestida de apologética, que oferece sustentação para a acumulação capitalista. O conceito de *decadência ideológica* revela a crítica imamente da totalidade social, resgata a conexão entre força material e construção ideológica do sistema do capital, oferece a possibilidade da crítica, genuína e fecunda, que restabelece a perspectiva ontológica materialista e dialética.

O pensamento burguês após *decadência ideológica*, na maioria dos casos, apresenta tendências que não se preocupam em construir conhecimentos que levam em consideração a *materialidade social*. O pensamento social faz das ciências sociais e humanas um mecanismo irracional que nega o desenvolvimento sócio-histórico e evita *produzir saber* que tem como pressuposto o *mundo da atividade concreta e sensível do homem*. Como bem lembrou Lukács (1959, p.4), ao abordar o irracionalismo, “no hay ninguna ideologia ‘inocente’”, portanto, a categoria *decadência ideológica* é uma referência conceitual imprescindível na atualidade, principalmente diante das ideologias que pregam o “fim da história”, o “fim do trabalho”, o “fim da ideologia”.

## II - CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Em tempos de “crise financeira” como prega a economia vulgar fruto da ideologia decadente, é bom lembrar que a história recente da humanidade não é uma *coleção de fatos mortos*, pelo contrário, é uma processualidade social que se particulariza com os modos de ser e existir do *sistema sociometabólico* do capital, composto pelo tripé: *capital, trabalho assalariado e Estado*. De acordo com *Mészáros* esse sistema dá sinal de colapso. (MESZÁROS, 2009). O capital não possui mais a força expansionista que gozou durante o século XX em busca do crescente mais-valor, a exploração da força de trabalho apresenta-se numa crescente *precarização estrutural* e o Estado, agora quase totalmente privatizado, acaba sendo reivindicado por uma esquizofrênica recaída neokeynesiana.

As relações sociais sob a ordem do capital escondem as mais dramáticas formas de produção e reprodução da vida social. No tempo presente, assistimos a convivência da pobreza absoluta e da riqueza extravagante. A situação que a humanidade se encontra é desafiadora para o conjunto da sociedade, desafiadora

por colocar caminhos opostos, de um lado temos a perpetuação da barbárie social e de outro a possibilidade da emancipação humana que exige rupturas radicais.

Diante dos dilemas da sociedade contemporânea, não podemos perder de vista a crítica a propriedade privada e ao trabalho estranhado. Ao adotarmos uma postura contra-hegêmica, devemos, sem cair nos modismos acadêmicos, questionar a barbárie social orientada pelo modo de vida burguês, desenvolver uma autêntica interlocução com as categorias da crítica da economia política, para compreendermos a crise do capital, o fetichismo da mercadoria e outros fenômenos que se aprofundam com a *mundialização do capital e a precarização estrutural do trabalho*.

Na sociedade burguesa, as relações sociais estabelecem-se sobre o solo do antagonismo de classes e, por conseguinte, de sua principal estrutura: a *propriedade privada dos meios fundamentais de produção*. O trabalho assalariado e o capital pressupõem existências sociais conflitantes que se condicionam e reproduzem em todos os aspectos da vida social. No modo de produção capitalista, que se sustenta na exploração da força de trabalho, esta possui a singular característica de produzir o sobre valor, o trabalhador possuidor da força de trabalho é desunido dos meios de produção e põe à venda as suas capacidades humanas, as forças físicas e intelectuais do seu corpo. Em contrapartida, quanto mais o trabalho intensifica-se, mais degradante é a vida do trabalhador, quanto mais produz, menos tem. A produção capitalista possibilitou as condições técnicas para uma vida emancipada do *trabalho estranhado* que penaliza e degrada o homem, mas as relações sociais da ordem do capital colocam obstáculos para os homens e mulheres terem acesso a uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho, no entanto, o tormento no trabalho é presente.

*Uma base para a vida e outra para a ciência é de antemão uma mentira*, portanto, a inquietação sobre as relações sociais da ordem do capital deve ser perene para os lutadores do povo, pois não podemos considerá-las como relações naturais e eternas da sociedade humana. Inspirado na tradição marxiana, podemos dizer que *a natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos.* (MARX; ENGELS, 1999).

Desde a emergência da grande indústria no século XIX, o modo de produção capitalista mantém sua principal essência que é a valorização do capital, mas assume características distintas, adequadas a sua reprodução em determinados momentos históricos. Na atualidade, é comum entre os “ideólogos decadentes” da burguesia, denominar a atual fase do modo de produção capitalista de “Globalização”, aliado a essa concepção emerge o pensamento “pós-moderno” que luta, incessantemente, para erradicar da teoria social as análises sobre a luta de classes.

Na contemporaneidade o que temos, é a *mundialização do capital* que se caracteriza, predominantemente, por assumir a forma de produção e reprodução do capital em escala eminentemente mundial, orientada cada vez mais pela forma mais absurda e fetichizada do capital portador de juros. Essa forma mais fetichizada do capital assume na *apropriação de riqueza abstrata* a forma de capital que se valoriza sem sair da esfera financeira (D–D’), sem a mediação da produção de mercadorias (D–M–D’). Nesse sentido, a desregulamentação das “finanças”, como também de quaisquer leis que se imponham a determinar e controlar as relações sociais, o crescimento da dívida pública, o surgimento de “novos atores financeiros”, como os fundos mútuos, fundos de pensão e companhia de seguros, e a indústria bélica tornam-se os principais elementos para “sustentar” a “acumulação financeira”. Diante disso, o desemprego estrutural, a miséria, a precarização do trabalho, as guerras, a destruição ambiental são algumas das conseqüências imediatas dessa forma de acumulação de capital.

Na tentativa de justificar a “acumulação financeira”, forma mais absurda e fetichizada do capital, o pensamento “pós-moderno” torna-se importante instrumento contra-revolucionário. Este vem a se somar e levar ao extremo a fragmentação das ciências sociais e humanas, impossibilitando que o conhecimento crítico desvele a essência da realidade social, constituindo-se como arma teórica da classe trabalhadora contra a sociedade burguesa. Mais do que isso, o pensamento “pós-moderno” “enterra” os fundamentos do Programa da Modernidade, centrados na *razão dialética*, no *historicismo concreto* e no *humanismo*.

Portanto, ter visão de *totalidade*, ter clareza do significado da *lógica do trabalho*, compreender a relação antagônica entre capital *versus* trabalho, é condição *sine qua non* para aqueles que lutam por outro *mundo social*. A tarefa

posta, na atual conjuntura, é questionar as contradições inconciliáveis do capitalismo, abordá-las de maneira *histórica e transitória*, e não naturalizá-las.

## BIBLIOGRAFIA

COUTINHO, C. N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

LUKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Senzala, 1967.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. *El Asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. México-Bueno Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 19. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1978.

PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do Trabalho).

SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, A. A. S. de. Pós-modernidade: fim da modernidade ou mistificação da realidade contemporânea? *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, DF, ano 5, n. 10, p. 51-81, 2005.